

Objetivo 0935 - Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Para concretizar a gestão transversal da Política para as Mulheres, a SPM vem preconizando a atuação intergovernamental e intragovernamental. Se para a agenda das políticas públicas o monitoramento e a avaliação vêm ganhando cada vez mais espaço, para uma política que adota a transversalidade como estratégia torna-se imprescindível o fortalecimento dessas funções. Isso porque, nesse sentido, monitorar e avaliar é concretizar o bom funcionamento da política. E é nesse contexto que se coloca a necessidade de fortalecer espaços e instrumentos que permitam a realização dessas atividades, tais como o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Contudo, esses devem ser complementados por outras ferramentas, que sejam hábeis a suportar o processo de avanço da política para as mulheres. Assim, identifica-se a importância inadiável de institucionalizar mecanismos de gênero nos órgãos de Governo Federal e demais entes federados e de fortalecer e consolidar os já existentes.

Outra estratégia que se mostra crucial para a efetivação da igualdade de gênero em nosso país é a estadualização e a municipalização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que implica criar, no âmbito local, estruturas administrativas capazes de gerir políticas. Assim, a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres vem sendo fortalecida pela criação de organismos governamentais de políticas para as mulheres (OPM). Os OPM passaram de 13 em 2003 para 723, em maio de 2015. Em 2015 apenas um estado e uma capital estadual ainda não criaram seus OPM. Vale registrar que todos os 16 maiores municípios brasileiros – cuja população é superior a 1 milhão de habitantes – possuem OPM, representando 15% da população brasileira. Houve a criação de OPM em 53,87% dos municípios abaixo de 50 mil habitantes, permanecendo um hiato na criação de OPM na faixa de municípios acima de 50 mil habitantes, significando uma área de atuação potencial para ampliar o alcance das políticas para as mulheres. É fundamental resgatar as mulheres como sujeito e foco das políticas e instituir órgãos públicos capazes de formular e efetivar tais políticas.

Além disso, para que diferentes políticas avancem de modo global, colocou-se como fundamental, no âmbito do PNPM 2013-2015, que se estimule a criação de planos locais –

estaduais e municipais – comprometidos com a interseção entre as especificidades regionais e os princípios e diretrizes do Plano Nacional e da Política Nacional para as Mulheres.

Nesse sentido, o desafio posto atualmente é de incrementar a quantidade e fortalecer os organismos governamentais de políticas para as mulheres incorporados às estruturas administrativas locais e estaduais, de modo específico e não subordinado a outra política, com vistas a aumentar a capilaridade da Política Nacional para as Mulheres. Ao mesmo tempo há também o desafio do estímulo ao controle social e à elaboração de um planejamento de médio prazo, sintonizado com as diretrizes federais e especificidades locais.

Importante destacar que as mudanças e inovações ensejadas pela incorporação de demandas oriundas dos movimentos sociais exigiram dos governos novos instrumentos legais e gerenciais para a inclusão dos novos atores, e principalmente, de servidores/as capacitados/as para o diálogo, o reconhecimento e o respeito aos direitos conquistados socialmente, o que inclui sua tradução em políticas públicas. A gestão da transversalidade pressupõe, para seu funcionamento, a reorganização de políticas públicas e da própria administração. Logo, para o êxito dessa atividade, é necessário capacitar recursos humanos para lidar com as complexidades da dimensão de gênero.

A transversalidade se impõe com grande relevância nas áreas de educação, cultura e saúde. Por exemplo, no processo de formulação das políticas públicas de saúde, a dimensão de gênero deve ser considerada como um dos determinantes fundamentais visto que as desigualdades sociais, econômicas e culturais, notadamente a desigualdade de gênero, impacta de maneira diferenciada a saúde das mulheres. Trata-se, portanto, de aprofundar a formulação e apoiar a implementação de ações específicas e exclusivas para a população feminina, em especial na busca de consolidar avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e ampliar a atenção a segmentos de mulheres historicamente alijados das políticas públicas e não contemplados em sua diversidade e especificidades. A atenção integral à saúde da mulher compreende um conjunto de ações educativas e preventivas de diagnóstico, tratamento ou recuperação aplicadas de forma permanente. O objetivo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM - é atender a mulher de forma integral, em todas as fases da vida, respeitando as necessidades e características de cada uma delas. Para a consecução desse objetivo, é imprescindível a articulação entre as diferentes áreas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Políticas para as

Mulheres e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de modo a otimizar as ações e garantir a sua efetividade.

Na área de educação e cultura, este objetivo pretende dar visibilidade à contribuição cultural das mulheres na sociedade brasileira e contribuir para a construção de uma cultura igualitária e não reprodutora dos estereótipos de gênero, orientação sexual, geração e raça/etnia. As desigualdades entre homens e mulheres são, em geral, estabelecidas pelo contexto cultural da sociedade. A escola e a universidade, nesse contexto, se constituem em importantes espaços de reprodução de modelos autoritários, preconceituosos e discriminatórios, reforçados por meio da atuação de professoras e professores, gestoras e gestores, assim como de todas e todos os profissionais nela atuantes. Compreendemos, por outro lado, que a escola e a universidade podem e devem ser – por sua abrangência e poder de atuação – importantes instrumentos de transformação, trazendo contribuições decisivas para a quebra dos estereótipos e preconceitos construídos historicamente, incorporando a diversidade em todas as suas dimensões e complexidade. Dessa forma, as iniciativas aqui propostas visam à ampliação da reflexão em torno das temáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual por parte de estudantes e profissionais da educação. Objetivam, igualmente, garantir a inserção dessas temáticas nos processos de formação de todas e todos profissionais da educação, por meio da educação continuada, assim como por meio da gestão, para que esses conteúdos sejam contemplados nas Diretrizes Nacionais Curriculares de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Incentivar as mulheres a adentrar áreas das quais elas têm sido historicamente excluídas, tais como as áreas científicas, tecnológicas e de inovação, é um desafio que envolve universidades e escolas de Educação Básica. As parcerias mais destacadas nesta área têm sido com o Ministério da Educação, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Ministério da Cultura.

Por fim, a criação do Sistema Nacional de Políticas para Mulheres representará um passo decisivo em direção à consolidação da institucionalidade das estruturas de políticas para mulheres, contribuindo para a participação política das mulheres na gestão estatal de políticas públicas. A decisão da SPM em propor um sistema nacional vem no sentido de aprofundar e aperfeiçoar mecanismos já existentes de articulação, descentralização e transversalidade de sua atuação. O sistema objetiva ainda tornar mais efetivas as políticas de garantia dos direitos das mulheres e de combate às múltiplas formas de desigualdade de gênero. Todas as atividades desenvolvidas pela SPM estarão sob uma mesma orientação de princípios, diretrizes e

mecanismos de funcionamento e de articulação por parte de todos os que participarem do sistema. Também permitirá unificar procedimentos, sem perder as especificidades de cada área ou tema com que a SPM trabalha. Espera-se ainda que a efetividade da relação horizontal entre os entes federados seja reforçada, com uma maior participação deles na definição das políticas.